



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal A Crítica, do Amazonas
Publicada em 27 de abril de 2009**

Jornalistas: Nesta segunda feira, 27 de abril, o senhor se reúne com os governadores da Região Norte para discutir e viabilizar a implementação de políticas sociais visando enfrentar o analfabetismo, o sub-registro civil e a mortalidade infantil. Além dessas, há uma centena de mazelas vividas pela população amazônica, como a falta de saneamento básico, o Luz para Todos que não chega aos lugares mais difíceis e distantes, justamente onde estão os mais pobres. Quais são as propostas e ações que o Governo vai apresentar nessa reunião, em Manaus, para remediar, pelo menos, a situação de vida precária vivida por essas populações?

Presidente: Nós vamos assinar, em Manaus, com os governadores da Amazônia Legal, o “Compromisso Mais Amazônia pela Cidadania”, um pacto de cooperação para reduzir as desigualdades sociais na região. O acordo estabelece metas a serem alcançadas. Até o final de 2010, muitas ações serão desenvolvidas, principalmente em relação a quatro temas: analfabetismo, falta de registro civil, mortalidade infantil e agricultura familiar. Estou convencido de que, para enfrentar essas questões, temos que unir esforços, estender as mãos a todos, sem olhar para suas filiações partidárias. Em reunião realizada em janeiro deste ano, em Brasília, a Secretaria de Relações Institucionais, por meio da Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), apresentou aos governadores da Amazônia e do Nordeste as estratégias estabelecidas e as ações que poderiam potencializar os programas sociais nesses quatro temas mencionados. O compromisso envolve as seguintes metas a serem atingidas até o final de 2010 na Região Norte: reduzir em 5% o número de óbitos, no que se refere à mortalidade infantil; garantir o registro civil para todos os cidadãos;



expandir em 521 mil o número de jovens e adultos em processo de alfabetização; e ampliar a prestação de serviços de assistência técnica para produtores rurais nos Territórios da Cidadania.

Jornalista: Não se pode negar que seu Governo muito tem ajudado a manter a Zona Franca de Manaus, como sua prorrogação em 2003, isenções fiscais, reduções de tributos e contribuições. No entanto, a cada medida provisória editada pelo Governo Federal, principalmente ligada à área tributária, invariavelmente, vêm dispositivos que afetam o modelo econômico do Amazonas e da Amazônia Ocidental como um todo. Por que é tão difícil sustentar e defender o Pólo Industrial de Manaus.

Presidente: A Amazônia tem peculiaridades importantes. É uma região que se destaca do resto do país pelos seus recursos naturais e minerais, sua situação geográfica em relação à América do Sul, seu potencial energético, suas potencialidades econômicas, incluindo a da biodiversidade da floresta, na inovação tecnológica e na cultura do seu povo, e tem de ser tratada de forma diferenciada. O modelo econômico do Polo Industrial de Manaus – PIM – tem como base a diferenciação tributária, de modo a fomentar e sustentar na região o desenvolvimento social e ambientalmente responsável. Eu sei que, por vezes, fomos criticados por políticos de outras regiões do país pela defesa que faço do PIM. Seja quando tomei a decisão, ainda em 2003, de prorrogar os incentivos, lá no início do meu governo, seja pela iniciativa de reestruturar a SUDAM, seja agora, este mês, quando garantimos a desoneração em incentivos para setores importantes do Polo. Os objetivos foram retomar a aceleração da economia e garantir o emprego no estado do Amazonas, contribuindo para o acordo feito entre o governador Eduardo Braga, as indústrias e os trabalhadores. Os amazonenses podem ter absoluta certeza de que o meu governo vem implementando políticas que promovem a redução das



desigualdades regionais. Por isso, reitero aqui o desafio que fiz quando visitei a última Feira Internacional da Amazônia, organizada pela SUFRAMA, aqui em Manaus. O desafio é o de realizarmos uma edição dessa feira na avenida Paulista, para mostrarmos a todas as regiões do Brasil e a convidados internacionais como o Polo Industrial de Manaus ajuda a Amazônia e o Brasil a serem cada vez mais ricos, justos e sustentáveis.

Jornalista: A Câmara dos Deputados fez alterações no projeto de Reforma Tributária enviada pelo Palácio do Planalto. Nela foi incluída a manutenção dos incentivos da Zona Franca e prevê sua prorrogação de 2023 para 2033. O senhor (Governo Federal) vai "bançar" essas mudanças ou as vetará, caso sejam aprovadas pelo Congresso Nacional? O senhor acredita na aprovação da Reforma Tributária este ano?

Presidente: Para nós, do governo federal, a Reforma Tributária é uma prioridade, tanto que já fizemos a nossa parte. Para elaborar o projeto, que enviamos ao Congresso no ano passado, ouvimos empresários, sindicalistas e acadêmicos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES –, consultamos governadores e prefeitos no Comitê de Articulação Federativa, além de líderes da Câmara dos Deputados e do Senado. O resultado foi uma proposta que combina a unificação e simplificação dos impostos, o estímulo ao investimento e ao emprego, com uma distribuição dos recursos mais justa para as regiões. Em nosso projeto, há duas medidas fundamentais para o estado do Amazonas: a primeira é, apesar da unificação dos impostos no IVA, a manutenção do IPI, o que permite a adoção de incentivos específicos para setores como o PIM. A segunda medida é a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com recursos a serem aplicados pela SUDAM e governos estaduais, priorizando investimentos para as regiões economicamente menos desenvolvidas do nosso país. A bola agora está com o



Congresso Nacional e tenho a certeza de que não será chutada para escanteio. Estou convencido de que os parlamentares terão sensibilidade para perceber que em tempos de crise não é possível adiar a aprovação da Reforma Tributária. Com ela, vamos consolidar os avanços que tivemos nestes últimos anos na redução das desigualdades regionais e tornaremos o Brasil ainda mais forte e mais seguro para os investimentos privados. O projeto enviado ao Congresso é bom para o PIM, para o Amazonas e para o Brasil. Quando à questão da prorrogação dos incentivos, o Presidente da República não tem poder de veto, pois trata-se de uma Emenda Constitucional, que deverá ser promulgada diretamente pelo Congresso Nacional. Ainda que fosse possível, não seria conveniente pois a aprovação se dá por, no mínimo, 3/5 dos representantes do povo brasileiro, fruto de avaliações técnicas de grande responsabilidade e de um grande acordo político.

Jornalista: A BR-319 (Manaus-Porto Velho), a estrada da integração como está sendo chamada no Amazonas, virou uma disputa técnico-política entre os ministros Carlos Minc, do Meio Ambiente, e Alfredo Nascimento, dos Transportes. Essa situação vai ser resolvida e a estrada será asfaltada? O senhor concorda com a recuperação da BR-319?

Presidente: A restauração e pavimentação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, é fundamental para a integração e para o desenvolvimento regional, tanto que está prevista no PAC. Estão sendo destinados R\$ 600 milhões para o empreendimento até 2010. E a obra não está parada. Há várias pontes e vários trechos da rodovia com obras em andamento ou já concluídas. Em relação a vários outros trechos, estamos estudando a adequação do projeto, que é imprescindível para a região, à necessidade de preservar um ambiente que é extremamente sensível. Considero saudável que haja uma certa disputa, pois isso significa que ambas as áreas estão cumprindo o seu



papel. Uma delas tem a responsabilidade de realizar, de tocar a obra, e a outra, não de impedir a execução, mas de batalhar para que tudo seja feito de acordo com as normas de preservação do ambiente. Não há qualquer motivo para ansiedade. Lembro que vivemos uma situação semelhante no caso das usinas hidrelétricas do rio Madeira, em Rondônia, e que essas obras já foram iniciadas. Tenho a convicção de que o mesmo vai acontecer com a BR-319.

Jornalista: O programa habitacional, lançado recentemente, prevê a construção de 1 milhão de casas em dois anos. Mas, somente para cidades com mais de 100 mil habitantes. Parlamentares da Amazônia querem mudar a proposta porque grande parte das cidades da região tem população abaixo desse teto. No Amazonas, por exemplo, apenas a capital Manaus e Parintins vão receber o benefício. O Governo pretende rever esse limite ou vai manter o projeto como foi pensado?

Presidente: O governo já reviu esse limite. Durante o processo de elaboração do programa houve, realmente, a proposta de direcionar os projetos apenas para municípios com mais de 100 mil habitantes, por serem os que concentram maior déficit habitacional. Mas, não seria justo deixar os municípios menos populosos de fora e decidimos então que o programa não será condicionado ao número de habitantes. Tanto que o decreto que regulamenta o programa não fixa nenhum limite populacional. Dessa forma, será possível atender as necessidades de municípios de todos os tamanhos em todas as regiões do país. O programa vai atender parte das necessidades geradas pelo crescimento populacional e pelo déficit de moradias acumulado em muitos e muitos anos de ausência de política habitacional. E não é só isso. As construções vão demandar materiais como telhas, pias, tinta, cimento, lâmpadas, pisos, azulejos, fiação, canos, torneiras, vasos sanitários, dobradiças, portas, janelas, tudo aos milhões de unidades. Será criada uma



quantidade inédita de postos de trabalho na indústria de construção civil e nas indústrias fornecedoras de materiais de construção. Trata-se de mais uma resposta que estamos dando a essa crise gerada no coração dos países desenvolvidos e que entrou em nossa casa sem pedir licença.

(\$31DHKL)